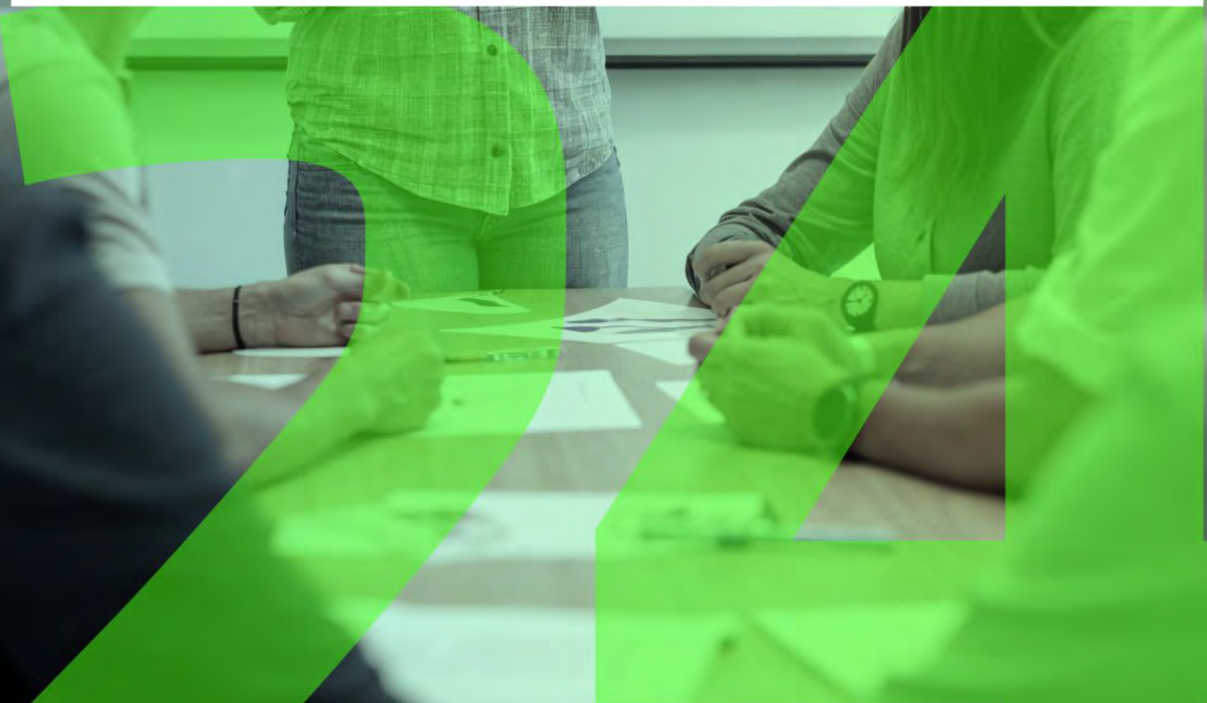




DADOS PARA UM DEBATE
DEMOCRÁTICO NA EDUCAÇÃO



RELATÓRIO DE ATIVIDADES





SUMÁRIO

1. Apresentação	03
2. Números de 2024	04
3. Quem somos	05
4. Missão, visão e valores	05
5. Teoria da Mudança	06
6. Linha do tempo	07
7. Como atuamos.....	08
8. Atividades em 2024	11
9. Indicadores de comunicação	37
10. Balanço financeiro	39
11. Parceiros	40
12. Equipe e ficha técnica	42

Apresentação

O ano de 2024 marca um ponto de inflexão importante para o D³e na Educação. Em meio a um cenário desafiador para as políticas públicas e para a defesa da equidade na educação, atravessamos uma importante transição institucional, que resultou na consolidação de um novo modelo de atuação. Essa transformação foi conduzida por meio de um processo profundo de escuta, análise de contexto e redirecionamento de prioridades, sempre atentos às demandas do presente e aos compromissos que nos constituem.

Como parte desse movimento, reorganizamos nosso portfólio de iniciativas e adotamos projetos estratégicos que integram produção de conhecimento, incidência política e mobilização em rede. Um aspecto central desse novo ciclo foi a aproximação das equipes executivas aos projetos estratégicos, fortalecendo a atuação conjunta, a escuta qualificada e a capacidade de articulação institucional.

Com isso, buscamos ampliar o impacto do D³e por meio de ações integradas que conectem dados, evidências e diferentes vozes em torno de temas decisivos para a educação pública com justiça social. Renovamos nossa forma de atuar sem abrir mão da essência que nos constitui: o compromisso com o debate público qualificado, a escuta aos territórios e a construção de soluções viáveis e transformadoras.

Essa trajetória de renovação e fortalecimento só foi possível graças ao trabalho consistente, à dedicação da equipe D³e e ao apoio de nossa rede de parceiros. A todos, nosso sincero reconhecimento e agradecimento. Encerramos 2024 com o sentimento de que mudança e continuidade não apenas podem, como devem caminhar juntas. Seguimos comprometidos com a missão de fortalecer o debate público qualificado sobre educação, agora com ainda mais foco, integração e capacidade de atuação sistêmica.

Sigamos juntos.

BOA LEITURA!

Olivia Silveira
Diretora executiva

Números de 2024



16

parcerias



7

publicações



13

pesquisadores
colaboradores



76

inserções
na imprensa

Quem somos



O D³e é uma organização sem fins lucrativos que apresenta evidências científicas do Brasil e do mundo em um formato e linguagem de fácil compreensão para embasar o debate e contribuir para desenvolvimento de políticas educacionais fundamentadas e consistentes, que promovam uma educação equitativa e de qualidade no Brasil.

Missão

Colaborar para o aprimoramento do debate educacional e para a qualificação do uso do conhecimento científico no desenvolvimento de políticas educacionais.

Visão

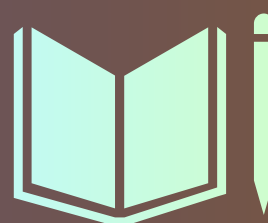
Políticas educacionais bem fundamentadas e consistentes, que promovam uma educação equitativa e de qualidade no Brasil.

Valores

- Valorização do conhecimento científico e fidelidade às evidências.
- Pluralismo e debate franco de ideias.
- Comunicação com linguagem cidadã.
- Abertura, escuta e resiliência.
- Democracia e liberdade de expressão.
- Diversidade, inclusão e igualdade.

A atuação do D³e está alinhada à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, iniciativa coordenada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em especial, contribui diretamente para o cumprimento do **ODS 4 - Educação de Qualidade**, que busca garantir o acesso universal a uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas.

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Teoria da Mudança

Em 2024, o D³e consolidou um importante passo em sua trajetória institucional ao desenvolver e formalizar sua Teoria da Mudança. O processo foi essencial para aprofundar o entendimento coletivo sobre nossa missão, os caminhos que trilhamos para alcançá-la e os impactos que buscamos gerar na educação pública brasileira.

Com base em uma escuta ativa da equipe, elaboramos uma narrativa sobre como nossas ações - produção e disseminação de evidências, formação de gestores e incidência política - contribuem para fortalecer capacidades institucionais e ampliar o uso qualificado de dados e pesquisas na formulação de políticas educacionais.

A Teoria da Mudança, para além de seu valor conceitual, tornou-se uma ferramenta estratégica para o alinhamento interno e a tomada de decisões no dia a dia da organização. Ela expressa nossa principal aspiração: uma educação básica pública, equitativa, inclusiva, universal e laica, que forme cidadãos e cidadãs autônomos em pensamento e ação, conscientes do meio ambiente, comprometidos com o fortalecimento da democracia e preparados para o mundo do trabalho.



**Conheça a nossa Teoria da Mudança
na íntegra**

Linha do tempo

2018

Fundação e início da atuação como um projeto do Centro Lemann de Empreendedorismo e Inovação Educacional no Brasil, da Universidade Stanford (EUA).

Ampliação das ações e atividades desenvolvidas, articulação e formalização de novos parceiros.

2019

2020

Amadurecimento e autonomia institucional com a conversão do projeto em associação.

Consolidação do trabalho no ecossistema de Educação.

2021

2022

Diversificação dos produtos e estruturação organizacional em três áreas: Conhecimento Aplicado, Comunicação Institucional e Articulação e Incidência Política.

Fortalecimento do modelo de operação que integra sistematização, disseminação e advocacy, refinamento dos produtos de cada área.

2023

2024

Elaboração de projetos estratégicos e estruturação formal da Teoria da Mudança.



Mais detalhes da nossa história aqui

Como atuamos

Atuamos para gerar impacto concreto na educação, combinando ações de curto prazo com estratégias de transformação de longo alcance. Influenciamos políticas públicas, apoiamos a prática de gestores e técnicos educacionais e incentivamos o uso qualificado do conhecimento nas escolas. Ao mesmo tempo, mobilizamos diferentes setores da sociedade em torno de uma agenda comum, comprometida com a valorização da educação e a realização dos preceitos constitucionais.

Projetos estratégicos



LABORATÓRIO PARA EQUIDADE

Produção de conhecimento aplicado e aplicável para uma mudança sistêmica da educação.

CENTRO DE FORMAÇÃO

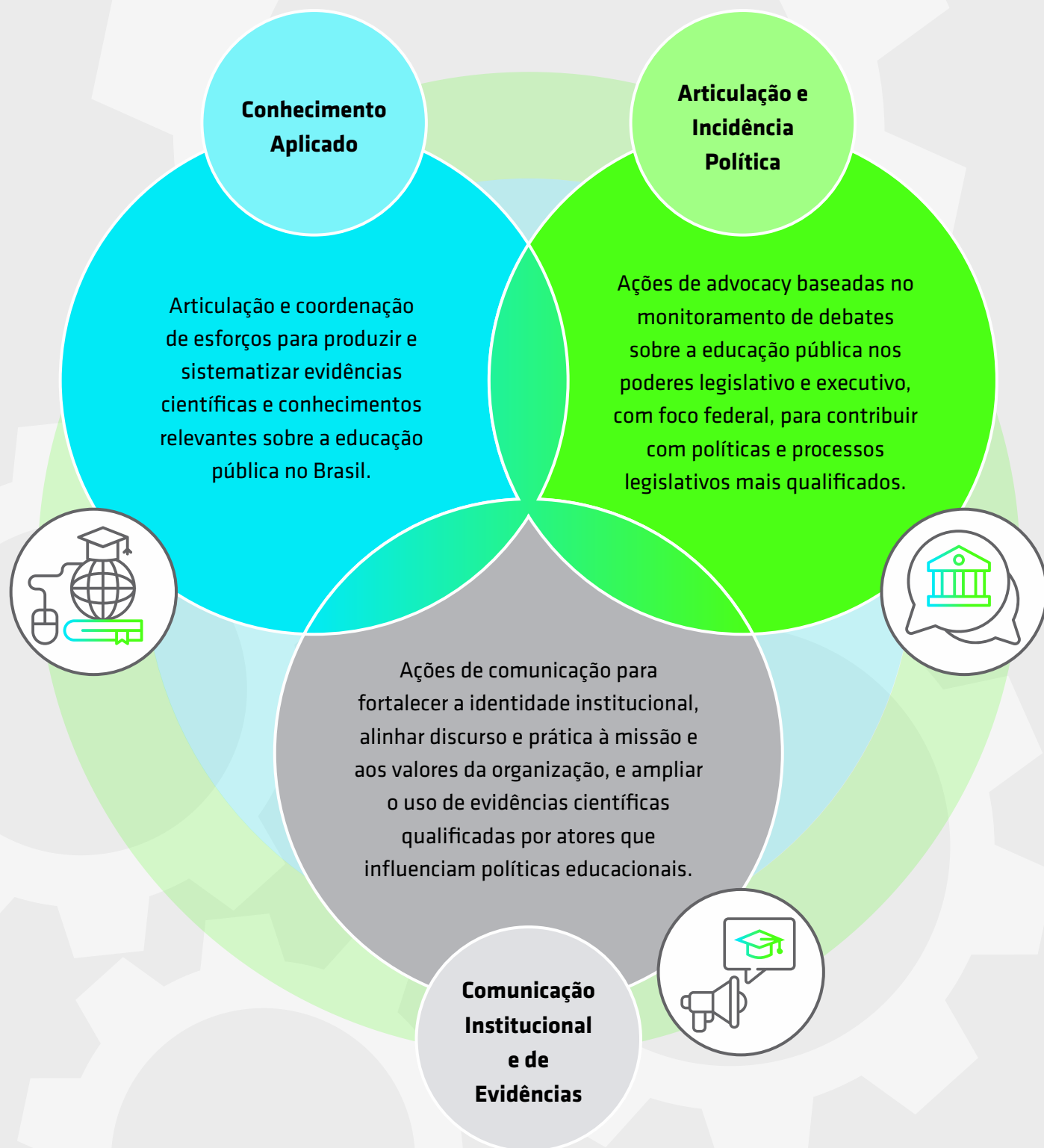
Capacitação de pessoas para a gestão da educação e para a prática educacional de qualidade.



MAPA DA EDUCAÇÃO

Mapeamento e análise dos atores, do cenário e das narrativas na educação pública brasileira.

Atuação integrada por meio de três áreas internas



Conheça aqui as entregas de cada uma das áreas

Eixos temáticos



Veja aqui todos os estudos já publicados por eixo temático

Atividades em **2024**



Contribuições ao novo ciclo do Plano Nacional de Educação (PNE)

Ao longo de 2024, o debate sobre a formulação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) ganhou centralidade na agenda educacional brasileira. Com o ciclo vigente (2014-2024) chegando ao fim, diferentes atores da sociedade civil, redes de ensino, pesquisadores, parlamentares e órgãos governamentais se mobilizaram para avaliar os avanços e os desafios da última década e apontar direções para os próximos dez anos. A construção do novo PNE foi marcada por uma ampla agenda de discussões e eventos. Uma das instâncias de debate e elaboração do novo PNE foi a Conferência Nacional de Educação (Conae) 2024 realizada no final do mês de janeiro de 2024 pelo Ministério da Educação (MEC), que debateu a avaliação, os problemas e as necessidades educacionais do Plano vigente. Organizações da sociedade civil desempenharam papel ativo no processo, contribuindo com análises técnicas, recomendações e propostas de metas. Para contribuir com esse debate, sistematizamos um estudo e mais dois documentos e participamos de importantes discussões.



Nota Técnica

Planejamento de sistema educacional a longo prazo: experiências internacionais e diálogos com o Brasil

Autor: **Luiz Carlos de Souza, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)**

Parceiro: **Todos Pela Educação**

O documento sistematiza o conteúdo do webinar 'Planejamento de sistema educacional a longo prazo: experiências internacionais e diálogos com o Brasil', realizado pelo D³e e pelo Todos Pela Educação em dezembro de 2023. O evento contou com cinco pesquisadores internacionais e uma brasileira, que apresentaram como seus países planejam, monitoram e avaliam os sistemas educacionais. As experiências apresentadas resultaram em recomendações para o novo PNE, como a promoção de ações cidadãs nas escolas e o uso pedagógico dos resultados de avaliações externas para apoiar a aprendizagem, e não apenas como medição de desempenho.

Participantes do webinar

Adriana Bauer | Universidade de São Paulo | Brasil

Arlindo Cornélio Ntunduatha | Universidade Rovuma | Moçambique

Bárbara Isabel Correa e Emília Paola Sosa Passarino | Universidade Nacional de Entre Ríos | Argentina

Eduardo Bakof Escudero | Sistema Nacional de Pesquisadores | México

Joaquim Luís Alcoforado | Universidade de Coimbra | Portugal

Verónica Filardo | Universidad de la República | Uruguai

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 16

Planejamento de sistema educacional a longo prazo

Experiências internacionais e diálogos com o Brasil

1/ Introdução

por

Luiz Carlos de Souza
Professor do Departamento
de Fundamentos da
Educação do Centro de
Ciências Humanas e Sociais
da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro
(UNIRIO).

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE DE 2014 A 2024 É UM MARCO HISTÓRICO NO CAMPO DO PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL. Fruto de um intenso debate entre diversos setores da sociedade civil e os poderes executivos, o plano foi formulado e executado com base em princípios democráticos e participativos, caracterizando-se como um importante Plano de Estado para a definição dos rumos da educação. Além disso, o documento prevê a garantia dos direitos constitucionalmente estabelecidos.

Desta forma, o PNE é um importante balizador das políticas públicas de educação e mais um mecanismo que visa contribuir para a melhoria de nosso sistema educacional. Nesse sentido, pode colaborar para a efetivação da equidade, da inclusão, do respeito à diversidade, da universalização do acesso, da garantia de uma permanência qualificada dos estudantes, da melhoria das condições de ensino, da valorização dos profissionais da educação, da democratização dos processos decisórios e da garantia de recursos para uma aprendizagem adequada, com bons resultados escolares.

Na reta final do decênio de vigência do PNE 2014-2024, tímidos avanços são observados quando contrapostos às metas estabelecidas e desafios expressivos se impõem. Dados oficiais e análises produzidas por setores organizados da sociedade civil evidenciam que estamos longe de cumprir os objetivos estabelecidos pelo plano. Nesse sentido, são esclarecedoras as afirmações do INEP, dispostas em seu relatório do 4º ciclo de monitoramento do PNE 2014-2024:

[JANEIRO] 2024 | 1

ONE PAGE

EVIDÊNCIAS EM MÃOS



Planejamento de sistema educacional a longo prazo: experiências internacionais e diálogos com o Brasil

Material elaborado com base na Nota Técnica de autoria de Luiz Carlos de Souza, professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

O PNE em vigor (2014-2024) alcançou apenas metade de suas metas. A Conferência Nacional de Educação (Conae) 2024 tem como objetivo avançar na composição do próximo PNE (2024-2034). Para contribuir com esse amplo debate, o D³e e o Todos Pela Educação reuniram pesquisadores de seis países (Argentina, Brasil, México, Moçambique, Portugal e Uruguai) para uma troca de experiências sobre planejamentos educacionais de longo prazo.

País	Planos / Prazos	Foco	Desafios
Argentina	Plano Educacional Anual Federal / 4 anos e Quadros Estratégicos Setoriais / 7 anos	Formação permanente, inclusão de ações, planejamento, diálogo com, metas e resultados.	Formação permanente de equipes com reflexões propositivas e nacional. Fortalecer redes internacionais e desenvolver participação de atores sociais na política pública e no planejamento.
Brasil	Plano Nacional de Educação / 10 anos	Justiça social, equidade, inclusão, diversidade, universalização, permanência qualificada, melhoria das condições de ensino, valorização profissional, democratização dos processos decisórios e financiamento.	PNE como Plano de Estado e articulação de um sistema nacional. Ampliação e atração de recursos para garantir diversidade e combater as desigualdades que caracterizam o país, e sustentabilidade financeira dos planos.
México	Plano Nacional de Desenvolvimento / 6 anos	Acesso a quadros de referência internacional, como o ODE.	Não há metas quantitativas e intermediárias e não há metas para 2024. O governo não tem efetivamente aplicado o sistema de metas e indicadores.
Moçambique	Plano Estratégico Decenal de Educação / 10 anos	Estruturação do quadro teórico, seguido de debates e ações.	Limitação de recursos, principalmente financeiros, e adequação do planejamento à implementação dessas ações.
Portugal	—	Compromisso com agendas transacionais, negociações plurilaterais e programas de avaliação, como o PISA.	Qualificação dos escolas como espaços de cidadania e ensino cidad, ampliar a educação inclusiva, garantir o acesso de crianças com deficiência em condições de vulnerabilidade a escolas regulares.
Uruguai	Plano de Desenvolvimento Educacional / 7 anos	Formação de educadores e redução de desigualdades.	Fortalecer a formação docente, reduzir desigualdades de acesso e permanência à educação por todos os cidadãos, manter um sistema de monitoramento dos níveis estabelecidos.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

- 1) O PNE será mais efetivo se for um plano de Estado independente dos ciclos eleitorais, estabelecendo estratégias que orientem a estruturação do Sistema Nacional de Educação, assim como demais políticas públicas de educação.
- 2) Equidade deve ser um ponto fundamental, mas no caso brasileiro precisa de mais ações concretas de enfrentamento às desigualdades, e aparece como importante nas agendas do México e Moçambique, por exemplo.
- 3) Desenvolver e aplicar um sistema de coleta e monitoramento de dados. Maior investimento nas dinâmicas de diagnóstico e sistemas de coleta de dados é algo crucial para todos os países participantes.
- 4) Ajustar as metas para que todas as prioridades se tornem mensuráveis. México e Moçambique, por exemplo, apresentam metas mais qualitativas que quantitativas, o que impede a efetivação adequada e o monitoramento.
- 5) Ampliar a participação dos educadores nos processos de formulação das metas dos planos, para que profissionais que atuam na ponta não sejam apenas aplicadores das políticas públicas, mas tenham mais mecanismos efetivos de contribuição no planejamento.
- 6) Promover a formação dos profissionais em gestão e planejamento para que haja mais coerência entre a política pública e o que é possível executar nas escolas.
- 7) Capacitar o processo de planejamento para incorporar o conhecimento obtido com a experiência dos profissionais que têm vivência direta no cotidiano escolar.

Para saber mais, acesse a Nota Técnica na íntegra no site do D³e: www.d3e.com.br

A publicação está em um formato aberto para um debate democrático na educação (D³e) e colabora para o aprimoramento do debate educacional e o fortalecimento do uso do conhecimento científico no desenvolvimento de políticas públicas, contribuindo para a promoção de uma educação equitativa e de qualidade no Brasil.



download em pdf



download em pdf

Contribuições para o novo Plano Nacional de Educação (PNE)

Em março de 2024, o Ministério da Educação recebeu do Fórum Nacional de Educação o Documento Final da Conae 2024, com propostas para orientar a política educacional da próxima década. O material servirá de base para a elaboração do Projeto de Lei do novo PNE (2024-2034), que será discutido no Congresso Nacional com participação da sociedade civil e da comunidade acadêmica. Para contribuir com esse debate, organizamos dois documentos com evidências produzidas ao longo dos últimos anos. As publicações reúnem pesquisas e análises sistematizadas nos formatos de Relatórios de Política Educacional, Sínteses de Evidências e Notas Técnicas, e dialogam com os seminários promovidos pela Frente Parlamentar Mista da Educação, realizados entre maio e junho de 2024.

DIALOGANDO COM O DOCUMENTO DA CONAE 2024 - EIXOS



[CONTRIBUIÇÕES PARA O NOVO PNE: DIALOGANDO COM O DOCUMENTO DA CONAE 2024]

Dados para um Debate Democrático na Educação (D³e) - Somos uma associação sem fins lucrativos, criada com o objetivo de aprimorar o debate educacional brasileiro a partir de evidências e qualificar o uso do conhecimento científico no desenvolvimento de políticas educacionais efetivas, que promovam uma educação de qualidade para todos os brasileiros.

Introdução

De 28 a 30 de janeiro de 2024 foi realizada, em Brasília, a Conferência Nacional de Educação (Conae). Convocada em caráter extraordinário pela Presidência da República e promovida pelo Ministério da Educação (MEC), teve como tema “Plano Nacional de Educação 2024-2034: Política de Estado para garantia da educação como direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”.

Com a participação efetiva dos segmentos educacionais e setores da sociedade, foram feitas proposições de diretrizes, objetivos, metas e estratégias para qualificar a melhoria da qualidade da educação no Brasil durante a próxima década. Isso será articulado com os planos decenais de educação nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, fortalecendo a gestão democrática, a colaboração e a cooperação federativa.

O evento foi desdobrado em sete eixos que, a partir de um [documento referência](#)¹, contemplaram formulações de problemas, causas, objetivos, diretrizes, metas e estratégias para construção do PNE 2024-2034, incorporando as considerações feitas nas conferências estaduais, distritais e municipais que precederam a Conae.

Esta edição da Conae representou o resgate da centralidade do diálogo do MEC com os diversos movimentos e organismos sociais. No dia 5 de março de 2024 o presidente do Fórum Nacional de Educação (FNE) entregou o [documento final](#)² da Conferência para o Ministério, que usará como base elaborar o Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE) 2024-2034.

O PL do novo PNE será entregue pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional. A expectativa é que o projeto de lei seja amplamente discutido no Parlamento, com a participação de toda a sociedade civil e da comunidade acadêmica.

Preparamos este documento que organiza materiais produzidos pelo D³e, com evidências robustas, sistematizadas a partir de pesquisas, trabalhos científicos e acadêmicos da mais alta qualidade, apresentadas nos formatos de Relatórios de Política Educacional (RPE), Sínteses de Evidências (SE) e Notas Técnicas (NT). Todos os nossos materiais apresentam linguagem acessível e recomendações que podem apoiar o aprimoramento das políticas educacionais brasileiras relativas a temas abordados na Conae.

Para acessar os materiais originais completos e conhecer com mais detalhes as evidências sistematizadas basta abrir os links disponíveis ao longo deste documento. Ficamos à disposição para dialogar e aprofundar aspectos que possam vir a interessar aos leitores.

¹ acesso em 23/01/2024 e disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assessoria-informacao/participacao-social/conferencias/conae-2024/documento-referencia.pdf>

² acesso em 29/03/2024 e disponível em: <https://anup.org.br/site/wp-content/uploads/2024/02/CONAE-2024-Docmento-Final-26-02-2024.pdf>

[www.d3e.com.br]



download em pdf

DIALOGANDO COM OS SEMINÁRIOS DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA EDUCAÇÃO - METAS PNE



[CONTRIBUIÇÕES DO D³E PARA O NOVO PNE: DIALOGANDO COM OS SEMINÁRIOS DA FPME]

Dados para um Debate Democrático na Educação (D³e) - Somos uma associação sem fins lucrativos, criada com o objetivo de aprimorar o debate educacional brasileiro a partir de evidências e qualificar o uso do conhecimento científico no desenvolvimento de políticas educacionais efetivas, que promovam uma educação de qualidade para todos os brasileiros.

INTRODUÇÃO

Entre maio e junho de 2024 está sendo realizada em Brasília uma série de cinco seminários sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), promovidos pela Frente Parlamentar Mista da Educação - Coordenação do Plano Nacional de Educação, com o dep. Pedro Uczai (PT-SC). Esses eventos têm como objetivo discutir e aprofundar as temáticas relacionadas às metas estabelecidas no PNE, proporcionando um espaço para reflexão, debate e construção de estratégias para a efetivação das políticas educacionais no país.

Essa série de seminários visa colaborar para o debate sobre o novo plano nacional de educação a ser aprovado esse ano. O PL do novo PNE será entregue pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional. A expectativa é que o projeto de lei seja amplamente discutido no Parlamento, com a participação de toda a sociedade civil e da comunidade acadêmica.

Preparamos este documento que organiza materiais produzidos pelo D³e, com evidências robustas, sistematizadas a partir de pesquisas, trabalhos científicos e acadêmicos da mais alta qualidade, apresentadas nos formatos de Relatórios de Política Educacional (RPE), Sínteses de Evidências (SE) e Notas Técnicas (NT). Todos os nossos materiais apresentam linguagem acessível e recomendações que podem apoiar o aprimoramento das políticas educacionais brasileiras relativas a temas abordados na Conae.

Para acessar os materiais originais completos e conhecer com mais detalhes as evidências sistematizadas basta abrir os links disponíveis ao longo deste documento. Ficamos à disposição para dialogar e aprofundar aspectos que possam vir a interessar aos leitores.



download em pdf

Debates sobre o novo PNE

Em junho de 2024, o D³ participou de dois importantes encontros nacionais dedicados ao debate sobre a construção do novo Plano Nacional de Educação (PNE), nos quais apresentou evidências e recomendações com base na Nota Técnica e em documentos produzidos sobre o tema. O primeiro foi a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Educação (CNE), realizada em Belo Horizonte pelo Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE-MG), que reuniu representantes de diversas instituições para discutir temas estratégicos da educação. O segundo foi o seminário "10 anos de PNE e o Novo Plano Nacional de Educação", promovido pela Frente Parlamentar Mista da Educação, com transmissão ao vivo pelo canal da Câmara dos Deputados no YouTube. Ambos os eventos contaram com a presença de parlamentares, representantes do MEC, especialistas e organizações da sociedade civil.



Assista à mesa do CNE

Assista ao seminário da FPME





Educação integral em tempo integral em foco

Desde 2023, o Programa Escola em Tempo Integral (ETI) vem sendo implementado como uma iniciativa do Governo Federal voltada à ampliação das matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica. Os dados mais recentes do MEC indicam que estados, municípios e o Distrito Federal já criaram 965.121 novas matrículas nessa modalidade. A meta do Governo Federal é apoiar, até 2026, a implementação de 3,2 milhões de novas matrículas em tempo integral em todo o país.

Para que a educação integral em tempo integral se consolide como uma estratégia efetiva de melhoria da qualidade da educação básica, é fundamental considerar tanto a dimensão quantitativa - relacionada à ampliação da jornada escolar - quanto a dimensão qualitativa, que diz respeito à formação integral dos sujeitos.

Para contribuir com o desenho de políticas públicas mais eficazes, desenvolvemos, em 2024, uma Nota Técnica que reúne evidências sobre os desafios da implementação e do financiamento da educação integral em tempo integral.



Nota Técnica

Educação integral em tempo integral: caminhos e desafios

Autores: Luciana Alaíde Alves Santana, Everson Meireles e Paulo Gabriel Soledade Nacif, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

O estudo traça um breve histórico das experiências de implantação da educação integral no Brasil, programas e leis referentes, desde a década de 80 até o momento atual com o lançamento do Programa Escola em Tempo Integral (Lei 14.640/2023), apresenta um panorama de matrículas na educação básica nas diferentes regiões brasileiras e as formas de financiamento. Com base nisso, apresenta estudos que problematizam aspectos que devem figurar como fundamentais em propostas de implementação da educação integral como o envolvimento da comunidade, a formação de professores e equipe escolar, a infraestrutura e os recursos das escolas. Por fim, com as evidências apresentadas, os pesquisadores propõem algumas recomendações para políticas públicas.

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA | 7

Educação integral em tempo integral: caminhos e desafios



1/ Introdução

FOR
Luciana Alaíde Alves Santana
Doutora em Ciências da Educação/Sociologia da Educação pela Instituto de Educação da Universidade do Rio de Janeiro, professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), vice-coordenadora do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Nacional de Educação da Bahia.

Everson Meireles
Doutor em Pedagogia, Pós-graduação em Pedagogia pela Universidade São Francisco, professor de Ciências Pedagógicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e integrante associado do Observatório Nacional de Educação e da Universidade da Bahia.

Paulo Gabriel Soledade Nacif
Doutor em Agronomia, professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), coordenador do Observatório de Inclusão e Diversidade na Educação Brasileira, presidente do Conselho Gestor de Educação da Bahia.

NO CENÁRIO ATUAL, OS DEBATES SOBRE A EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO UMA ESTRATÉGIA para alcançar a qualidade educacional têm dominado a agenda brasileira. Nestes debates, conforme pondera Ribeiro (2022), é necessário compreender as relações de poder que envolvem os interlocutores desta temática, uma vez que a proposta da educação integral "pode significar remédio, cosmético ou veneno a depender do modo como ela é implantada e quais jogos de poder assomam-na" (Ribeiro, 2022, p.424).

A perspectiva da educação integral defendida neste texto considera que estão imbricadas as dimensões quantitativa – mais tempo na escola a/ou no seu território – e a qualitativa – que considera a formação integral do ser humano. Deste modo, para assegurar um projeto de educação integral em tempo integral de forma efetiva, deve-se considerar como fundamental os insumos escolares (recursos materiais, didático-pedagógicos, condições da rede física, recursos humanos e financeiros necessários para desenvolver as atividades pedagógicas), a qualificação permanente do corpo docente e de demais trabalhadores da escola, bem como o envolvimento e a participação ativa de toda a comunidade.

Neste último quesito, impõe-se um envolvimento intersetorial que tenha como objetivo o alcance do território rumo à construção

MARCO2024 1/14



download em pdf

ONE PAGE

EVIDÊNCIAS EM MÃOS



Educação Integral em Tempo Integral: caminhos e desafios

Material elaborado com base na Nota Técnica de Luciana Alaíde Alves Santana, Everson Meireles e Paulo Gabriel Soledade Nacif, professores e pesquisadores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

PARA QUE SERVE A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL?

A Educação Integral em tempo integral é uma estratégia para a melhoria da qualidade da educação básica brasileira que deve envolver tanto a dimensão quantitativa, com ampliação do tempo na escola, como qualitativa, relacionada à formação integral humana. Ela pode fortalecer um processo educativo interdisciplinar, multidimensional, reflexivo e engajado, credenciando-as/os estudantes a interagir com questões concretas e de interesse dos/as habitantes daquele território, além de estreitar os laços afetivos entre estudantes e professores.

A meta 6 do Plano Nacional da Educação (PNE) determina a oferta da educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da educação básica.

Porém, o subfinanciamento, a falta de continuidade, a simplificação da política e a baixa abrangência de matrículas limitaram a efetividade dos programas de educação em tempo integral adotados no Brasil até hoje. O programa federal atual restringe-se a uma ação de governo e com vigência até 2026.

O financiamento é uma questão importante na formulação da política de educação em tempo integral pois a qualidade da oferta requer, necessariamente, atenção para elementos estruturais: formação docente, infraestrutura, material didático, currículo, dentre outros, que têm impacto nos custos e na qualidade de sua implementação.

Os recursos destinados à ampliação das matrículas em tempo integral não incluem investimentos adicionais no Programa de Alimentação Escolar (PNAE). A medida é essencial porque a política de educação integral prioriza populações mais vulneráveis, e a segurança alimentar na escola é um fator de permanência escolar.

RECOMENDAÇÕES PARA GESTORES PÚBLICOS

- 1] Assegurar a educação integral em tempo integral como Política Pública de Estado e não apenas como Programa de governo, de modo que os processos de indução e financiamento em âmbito federal sejam permanentes.
- 2] Incorporar a formação integral do sujeito humano como dentro do currículo escolar.
- 3] Envolver a comunidade escolar de forma ativa na implementação da educação integral.
- 4] Atentar para os aspectos inter/multisetoriais, imprescindíveis a uma política de educação integral em tempo integral, garantindo o envolvimento do território, de modo que os espaços educativos diversos da cidade se entendam para além dos muros da escola.
- 5] Debater com a sociedade e entre os governos federal, estadual e municipal para difundir a importância da melhoria da qualidade educacional brasileira por meio desta estratégia.
- 6] Considerar as demandas aumentadas em relação à quantidade e qualidade da alimentação escolar.
- 7] Coordenar racionalmente a atual estratégia de ampliação de matrículas da educação integral para garantir a ligação estreita entre os eixos do programa (ampliar-formar-fomentar-entrelaçar-acompanhar).
- 8] Financiar a política atentando-se ao fato de que as diferentes etapas da educação básica demandam recursos incrementais e de acordo com os seus níveis de complexidade.
- 9] Assegurar mecanismos de financiamento adequados, especialmente por meio de valores de repasse do Fundo, suplementação de valores para alimentação escolar, e manutenção de mecanismos de fomento a estados e municípios.

Para saber mais, acesse a [Nota Técnica](http://NotaTecnica.d3e.org.br) na íntegra no site do D3eJ: www.d3e.org.br

A Associação D3eJ (Associação Brasileira de Desenvolvimento da Educação) trabalha para o aperfeiçoamento das práticas educacionais e a qualificação dos(as) profissionais envolvidos(as) no desenvolvimento de políticas públicas, contribuindo para a promoção de uma educação equitativa e de qualidade no Brasil.



download em pdf



Professores em múltiplas escolas

Mapear e compreender o fenômeno da atuação docente na educação básica em múltiplas escolas no Brasil, bem como investigar as causas para sua ocorrência, são os objetivos da pesquisa Professores que atuam em múltiplas escolas no Brasil: mapeando e compreendendo o fenômeno. Iniciada em 2024, a pesquisa é desenvolvida pela Fundação Carlos Chagas (FCC), em parceria com o Centro Lemann da Universidade de Stanford e com o D³e, e será concluída em 2026.

As etapas iniciais da pesquisa envolveram uma revisão de literatura e uma análise estatística, que permitiram a elaboração de um retrato preliminar sobre o trabalho docente em múltiplas escolas no Brasil, com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2023. Os principais resultados

dessa fase foram sistematizados em uma nota técnica, publicada em novembro de 2024.

As etapas seguintes, que estão em andamento, incluem um estudo de caso piloto, a realização de estudos de caso em redes de ensino e a aplicação de um questionário com professores. Essas ações visam identificar os fatores que contribuem para a atuação docente em múltiplas escolas. Os resultados serão consolidados em um Relatório de Política Educacional, com publicação prevista para o primeiro semestre de 2026.

A pesquisa conta ainda com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e com o apoio do Instituto Sonho Grande, Instituto Natura, Instituto Península e Movimento Profissão Docente.



Nota Técnica

Atuação docente em múltiplas escolas no Brasil

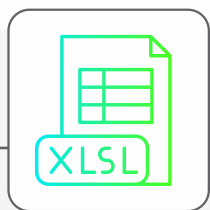
Autores: Gabriela Miranda Moriconi e Nelson Antonio Simão Gimenes, da Fundação Carlos Chagas; André Augusto Couto, da Universidade de São Paulo (USP); e Thiago Alves, da Universidade Federal de Goiás (UFG)

Realização: Fundação Carlos Chagas, Centro Lemann de Stanford e D³e

Apoio: CNPq, Instituto Natura, Instituto Península, Instituto Sonho Grande e Movimento Profissão Docente

Inédito no país, o estudo apresenta evidências sobre o perfil dos professores que atuam em múltiplas escolas na educação básica. A partir da análise dos dados do Censo Escolar 2023, a pesquisa revela que cerca de 450 mil docentes trabalham em duas ou mais instituições de ensino - uma realidade que pode impactar diretamente a qualidade da educação ofertada - e propõe uma análise de fatores como jornada docente, matrizes curriculares e processos de atribuição de aulas, além de reforçar a importância de valorizar a profissão.

O documento revela que a atuação em múltiplas escolas é mais comum entre homens, professores da rede estadual, que lecionam na Educação de Jovens e Adultos (EJA), anos finais do fundamental e ensino médio, com idade entre 36 e 45 anos, em áreas urbanas e em disciplinas com menor carga horária, como Física e Sociologia. Há variações também por tipo de contrato, cor/raça e atuação em tempo integral, embora de pequena magnitude. As maiores diferenças foram observadas entre as redes estaduais - em algumas o fenômeno é muito mais frequente do que em outras.



PLANILHA COM DADOS



download em xlsl

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 1

Atuação docente em múltiplas escolas no Brasil

1/ Introdução

ENCONTRAR UM PROFESSOR QUE TRABALHE EM MAIS DE UMA ESCOLA NÃO É UMA SITUAÇÃO INCOMUM NO BRASIL. O que poucos sabem, porém, é que se trata de um fenômeno raro na maioria dos outros sistemas educacionais para os quais há dados disponíveis. Dos 48 sistemas educacionais participantes da pesquisa *Teaching and Learning International Survey (TALIS)*, 34 (71%) têm no máximo 5% dos seus docentes dos anos finais do ensino fundamental atuando em múltiplas escolas da mesma etapa de ensino (OECD, 2020). O Brasil é o país que apresenta maior proporção (20,3%) de professores nessa situação, superado somente pela Cidade Autônoma de Buenos Aires (28%), único sistema educacional da Argentina a participar da TALIS (OECD, 2020).

Em junho de 2024, o Governo Federal encaminhou ao Congresso o Projeto de Lei (PL) do Plano Nacional de Educação (PNE) 2024-2034, o qual contempla objetivos, metas e estratégias voltadas para pautas importantes para a educação do país. Dentre as estratégias relativas aos profissionais da educação básica, encontramos a Estratégia 16.14 que estabelece "priorizar o cumprimento da jornada de trabalho pelos profissionais do magistério em um único estabelecimento escolar" (Brasil, 2024a, p. 40).

ONE PAGE

EVIDÊNCIAS EM MÃOS

Atuação docente em múltiplas escolas no Brasil

Material elaborado com base na Nota Técnica de autoria de Gabriela Miranda Moriconi, Nelson Antonio Simão Gimenes, André Augusto Couto e Thiago Alves, pesquisadores da Fundação Carlos Chagas.

QUAL O CENÁRIO ATUAL?

1. Dados do Censo da Educação Básica de 2023 revelam que o Brasil tem mais de **457 mil docentes trabalhando em múltiplas escolas**, ou seja, 19,4% dos professores que atuam na educação básica.
2. No ensino médio, 36,4% dos professores têm jornadas múltiplas.
3. O total é de 34,4% nos anos finais do ensino fundamental. Os percentuais se aproximam nos anos iniciais do ensino fundamental e na pré-escola: 22,4% e 20,5% do total, respectivamente.
4. A creche e o segmento com menor proporção de professores nessa condição: 12,7%.
5. O trabalho em múltiplas escolas é **mais frequente entre os professores das redes estaduais (32,8%)** em comparação com os professores das redes municipais (22,5%).
6. Enquanto em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia a proporção de professores em múltiplas escolas se aproxima de 20%, esse número é cerca de 40% para Física, Química, Biologia e Sociologia.
7. O trabalho em uma única escola não tem recebido a atenção devida no debate educacional. Há uma tendência, no Brasil, em considerar que faz parte da profissão docente a atuação em múltiplas escolas.

COMO ESSE CENÁRIO AFETA PROFESSORES E ESTUDANTES?

1. Professores que atuam em jornadas de trabalho extensas em mais de uma escola têm **maiores chances de se ausentar do trabalho devido a problemas de saúde**, em especial por questões psicológicas e relativas à voz.
2. A administração do tempo é um problema frequentemente relacionado aos professores nessa situação, apontado como fonte de estresse.
3. Professores que trabalham em múltiplas escolas **participam menos de atividades coletivas**, como conselhos escolares e planejamento do projeto político-pedagógico da escola.
4. Em comparação às colegas que trabalham em uma escola, professores que trabalham em mais de uma **oferecem menos apoio acadêmico** aos seus estudantes.
5. O aumento no número de escolas em que o professor atua tem **impacto negativo no desempenho dos estudantes**, principalmente para os estudantes mais pobres.

QUAIS AS SAÍDAS POSSÍVEIS?

- Adotar iniciativas que favoreçam a **dedicação exclusiva**:
 - o Remuneração semelhante a de outras ocupações de nível superior;
 - o Jornadas de até 40 horas semanais com reserva de ao menos 5% do tempo para trabalho extracurricular.
- Analisar processos internos, como os de **lotação de professores**, de **atribuição de aulas** e de **organização das matrizes curriculares**, para identificar o que favorece o acúmulo de escolas no contexto específico da rede.

Para saber mais, acesse a **Nota Técnica** na íntegra no site do D³e: www.d3e.com.br

NOTA METODOLÓGICA

NOTA METODOLÓGICA

Indicadores do número de escolas por docente e do número de redes por docente da educação básica

Esta nota metodológica tem o objetivo de descrever os procedimentos realizados para os cálculos dos indicadores do número de escolas por docente e do número de redes por docente da educação básica do Brasil [disponíveis nesta planilha](#). Tais medidas foram construídas no âmbito da pesquisa "Professores que trabalham em múltiplas escolas no Brasil: mapeando e compreendendo o fenômeno", desenvolvida pela Fundação Carlos Chagas em parceria com o Centro Lemann da Universidade de Stanford e com o D³e - Dados para um Debate Democrático na Educação, com o apoio do Instituto Sonho Grande, Instituto Natura, Movimento Profissão Docente e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), aprovado na chamada pública MCTI/CNPq nº 14/2023. O estudo busca compreender o fenômeno da atuação de professores da educação básica em múltiplas escolas no Brasil, propondo reflexões e recomendações em termos de políticas públicas que favoreçam a concentração do trabalho docente em apenas uma unidade escolar. Para saber mais sobre a pesquisa acesse a [Nota Técnica "Atuação docente em múltiplas escolas no Brasil"](#).

Metodologia de cálculo

Para a construção destes indicadores utilizou-se como fonte de dados o Censo Escolar da Educação Básica - edição 2023 (BRASIL, 2024a). Tais informações se encontram acessíveis em

¹ O Censo Escolar consiste no principal instrumento de coleta de informações da Educação Básica brasileira sendo realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em regime de colaboração com os secretários estaduais e municipais de educação e participação das escolas públicas e privadas do país. Disponível em: <https://www.inep.gov.br/inep/br/assessoria-de-gestao-de-projetos-e-participacao-na-educacao/indicadores-censo-escolar/>. Acesso em 27 set. 2024.



download em pdf



download em pdf



download em pdf



Fomento ao uso de evidências na SME-SP

Em 2024, desenvolvemos e implementamos um projeto personalizado com o propósito de apoiar a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP) na formulação de estratégias e políticas públicas educacionais orientadas por evidências. O projeto teve como objetivos específicos a produção de evidências qualificadas para subsidiar os processos decisórios da secretaria; o fortalecimento das capacidades técnicas de sua equipe para a utilização sistemática de evidências científicas na elaboração de políticas educacionais; e a elevação do nível do debate sobre políticas públicas no âmbito institucional, promovendo uma cultura organizacional pautada pelo uso de evidências.

O projeto foi realizado ao longo do ano em etapas que, por sua vez, envolveram: o mapeamento dos

desafios estratégicos da SME-SP; o desenvolvimento de dois estudos sobre temas considerados prioritários, por demandarem maior aprofundamento e apropriação por parte da secretaria; e a elaboração de uma proposta com diretrizes e linhas de ação para fomentar o uso de evidências com base em um diagnóstico que levantou demandas e oportunidades.

Entre as atividades destaca-se a realização de rodas de conversa de sensibilização, engajamento e aprofundamento com a participação de gestores e equipes técnicas; e um seminário de aprofundamento que contou com oficinas sobre educação antirracista, permanência no ensino fundamental, e tecnologias para uma educação com equidade conduzidas por pesquisadores especialistas em cada um desses temas.



Estudo desenvolvidos

Síntese de Evidências

Um debate em construção: em busca de evidências para a melhoria da formação continuada de professores

Parceiro: **Secretaria Municipal de Educação de São Paulo**

Autores: **Gabriela Miranda Moriconi e Rodnei Pereira, da Fundação Carlos Chagas (FCC)**

Reúne evidências nacionais e internacionais sobre iniciativas de formação continuada de professores que melhoraram a qualidade do ensino e mostra características de formações bem estruturadas que contribuíram para o aprimoramento das práticas pedagógicas e o melhor desempenho dos estudantes, com impactos que vão além da atuação individual do docente. A pesquisa propõe estratégias formativas baseadas em evidências: valorização do conhecimento pedagógico do conteúdo, aprendizagem ativa, colaboração entre professores e apoio especializado e reforça a importância de que essas formações sejam contínuas, coerentes com as diretrizes educacionais e acompanhadas por processos de avaliação sistemáticos.

SÍNTESE DE EVIDÊNCIAS

SÍNTESE DE EVIDÊNCIAS

Um debate em construção: em busca de evidências para a melhoria da formação continuada de professores



1/

Introdução

A oferta de formação continuada aos professores da educação básica é dever do Estado, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sendo tanto um direito quanto um dever dos professores participar das propostas dela decorrentes (Brasil, 1996). O tema ganhou espaço relevante na agenda educacional, recebendo crescente atenção das secretarias de educação do país – que consideram “a formação continuada de seus professores condição *sine qua non* para a melhoria da qualidade do ensino”, associando-a “ao processo de melhoria das práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar para promover a aprendizagem dos alunos” (Davis *et al.*, 2012, p. 38).

No entanto, ainda que exista uma quantidade razoável de iniciativas de formação continuada oferecidas por redes de ensino no Brasil, pouco se sabe sobre a sua eficácia em relação ao aprimoramento do trabalho docente. São escassos os estudos voltados para o contexto brasileiro que utilizam evidências na pesquisa com professores participantes ou com seus respectivos alunos para avaliar se a iniciativa de formação continuada alcançou os objetivos pretendidos (Moriconi *et al.*, 2017).

Isso não significa que não existam processos formativos bem-sucedidos no Brasil, ou que existam poucos estudos sobre a formação continuada docente no país. O que parece é que ainda não foi desenvolvida uma cultura de avaliação dos impactos da formação continuada docente no país. Do ponto de vista acadêmico, embora haja uma quantidade significativa de grupos de pesquisa e de produções científicas sobre formação de professores no contexto nacional, as prioridades de pesquisa, frequentemente, concentram-se em temas mais amplos, como currículo, metodologia de ensino, fundamentos da educação e áreas específicas, suas metodologias e práticas (Mainardes, 2022).

FCC

Gabriela Miranda Moriconi
Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, Doutora em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV).

Rodnei Pereira
Pesquisador da Fundação Carlos Chagas e professor na Universidade Cidade de São Paulo (Unicid), Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

DEZEMBRO/2025 1/15



download em pdf

Síntese de Evidências

A relação escola e família: da comunicação para a conversação

Parceiro: **Secretaria Municipal de Educação de São Paulo**

Autores: **Maria Virgínia Machado Dazzani e Waldomiro José Silva Filho, da Universidade Federal da Bahia (UFBA)**

Parceiro: **Secretaria Municipal de Educação de São Paulo**

O estudo apresenta uma análise sobre a relação entre escola e família, com base em literatura acadêmica nacional e internacional produzida entre 2000 e 2024 e evidencia que, apesar do reconhecimento da importância do envolvimento familiar para o sucesso escolar, a comunicação ainda é, na prática, hierárquica e excludente. Essa dinâmica limita a participação efetiva das famílias no processo educacional e demonstra a necessidade de novos modelos de interação. Como alternativa ao modelo tradicional de comunicação unidirecional, o estudo propõe a adoção de uma abordagem baseada na conversação - uma interação cooperativa, contínua e respeitosa entre escola e família.

SÍNTESE DE EVIDÊNCIAS

SÍNTESE DE EVIDÊNCIAS

A relação escola e família: da comunicação para a conversação



1/ Introdução

Maria Virgínia Machado Dazzani
Professora Associada
IV do Instituto de Psicologia
da Universidade Federal
da Bahia (UFBA) e
pesquisadora do Conselho
Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico (CNPq)

Waldomiro José Silva Filho
Professor Titular do
Departamento de Filosofia
da Universidade Federal
da Bahia (UFBA) e
pesquisador do
Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico
e Tecnológico (CNPq)

NO BRASIL, A EXISTÊNCIA DE UMA RELAÇÃO ENTRE AS FAMÍLIAS E O AMBIENTE ESCOLAR É DETERMINADA LEGALMENTE.

A Constituição de 1988 e o Plano Nacional de Educação (PNE) estimulam que as políticas educacionais incentivem os pais a se envolverem na vida escolar de seus filhos. A importância do engajamento familiar e das escolas no processo de aprendizagem, bem como a relação que estabelecem entre si, é reconhecida também em pesquisas acadêmicas.

Em que pese as recentes transformações nos ideais de sociabilidade, no conceito de família, no papel da escola e na organização e difusão do conhecimento, a família e a escola ainda são os principais ambientes para o desenvolvimento emocional e intelectual de crianças e adolescentes nas sociedades contemporâneas (Epstein, 2011; Marcondes & Sigolo, 2012; Rech e Freitas, 2023). Ambas são instituições formativas com responsabilidades educacionais específicas e distintas, porém interligadas.

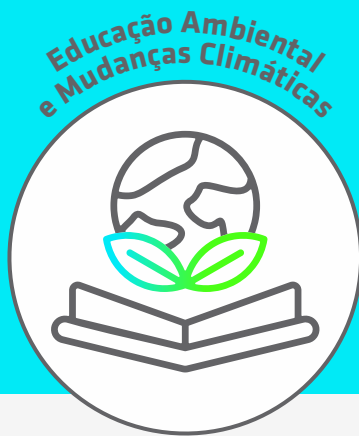
Apesar disso, a relação escola-família historicamente tem enfrentado uma série de desafios e tensões (Glidden, 2018) potencializados com a emergência da esfera pública digital e, recentemente, com a pandemia da Covid-19. Portanto, é necessário analisar como a escola pode promover de modo mais eficaz essa interação. Nesta síntese de evidências, além de fazermos um balanço das evidências apresentadas na literatura acadêmica no Brasil e em outros países sobre a ligação entre escola e família, propomos um novo conceito para pensar esta relação: a noção de *conversação*.

A conversação pode ser entendida como uma performance caracteristicamente cooperativa na qual os participantes assumem propósitos comuns, apesar de suas eventuais diferenças, e entendem seus interlocutores como sujeitos racionais, cujas falas expressam a intenção de comunicar algo verdadeiro. Ademais, pressupõe-se a compreensão mútua. (Grice, 1989).

NOVEMBRO/2024 1/10



download em pdf



Contribuições para o enfrentamento da crise climática

Em 2024, consolidamos nossa atuação na agenda de Educação e Mudanças Climáticas, com o desenvolvimento de iniciativas voltadas à produção de conhecimento e à proposição de respostas estratégicas para os desafios impostos por essa pauta. Para contribuir com o debate público sobre os impactos das mudanças climáticas na educação, oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos sistemas de ensino e apontar caminhos para a pesquisa e a discussão sobre o tema no Brasil, firmamos uma parceria com o Todos Pela Educação e o Instituto Terra Firme. No âmbito desta colaboração, realizamos um encontro com especialistas, traduzimos quatro estudos internacionais de referência e desenvolvemos uma nota técnica.



Nota Técnica

O impacto das mudanças climáticas na educação: iniciando um debate

Parceiros: **Todos Pela Educação e Instituto Terra Firme**

Autora: **Sofia Lerche Vieira, professora emérita da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e bolsista de Produtividade Sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).**

O estudo buscou aprofundar as conexões entre crise climática e educação, reunindo evidências para apoiar gestores, pesquisadores e formuladores de políticas em respostas mais integradas. Com base em documentos do Banco Mundial, UNESCO e OCDE, analisa os impactos das mudanças climáticas no acesso, permanência e aprendizagem, além do papel das escolas na reversão desse cenário. A autora destaca quatro eixos para a ação climática na educação: infraestrutura sustentável; educação climática nos currículos; engajamento da comunidade escolar; e colaboração intersetorial para soluções inovadoras e escaláveis.

NOTA TÉCNICA



O impacto das mudanças climáticas na educação: iniciando um debate

REALIZAÇÃO



ONE PAGE

EVIDÊNCIAS EM MÃOS



O impacto das mudanças climáticas na educação

Material elaborado com base na Nota Técnica de autoria de Sofia Lerche Vieira, professora emérita da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e ex-secretária de Educação do estado do Ceará. O estudo contou ainda com apoio do Banco Master.

As mudanças climáticas já estão gerando consequências verificáveis em todo o mundo. Estudos recentes da UNESCO, Banco Mundial e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) evidenciam que:

- Eventos de emergência climática estão produzindo migrações de populações em diversas regiões do planeta, destruição e fechamento massivo de escolas e prejuízos à saúde de professores e alunos.
- O fechamento de escolas devido às emergências climáticas já afetou cerca de **5 milhões de pessoas** no mundo. No Brasil, estudantes de 10% das cidades mais quentes têm **perdas de aprendizagem em torno de 1% ao ano**.
- É possível preparar os sistemas educacionais para enfrentar as mudanças em curso: adotar um **Padrão de Qualidade Escola Verde** pode transformar escolas em centros inovadores nos quais as comunidades locais possam ser equipadas com conhecimento, habilidades, valores e atitudes necessárias ao enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas.
- A **alfabetização climática e científica** das populações em todo o planeta é urgente para preparar futuros cientistas engajados em criar mecanismos de mitigação dos danos.

RECOMENDAÇÕES

Poder Executivo

1. Promover consulta pública para gerar **revisão da BNCC** com foco no debate sobre mudanças climáticas e inserção do tema nos currículos escolares.
2. Um debate nacional multidisciplinar pode estar alinhado com os eventos da **COP 30** (nov/25, em Belém-PA).
3. Colaboração entre União, estados e municípios na consolidação da **Agenda Mudanças Climáticas e Educação**, com esforços coordenados pelos ministérios da Educação e do Meio Ambiente.
4. **Créditos suplementares** podem ser consignados pela União, estados e municípios para viabilizar uma agenda e um pacto nacional direcionados às mudanças climáticas e à educação.

Poder Legislativo

- **Proposição de instrumentos legais** voltados à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas sobre a educação, incluindo medidas de **proteção à infraestrutura escolar**; impactos sobre a **saúde de profissionais de educação e estudantes**; e votação de **créditos suplementares** para o enfrentamento de tais problemas.
- Fomentar debate profundo e urgente sobre mudanças de legislação por meio da realização de **audiências públicas** para reunir dados e promover a escuta sistematizada de especialistas e organizações sociais envolvidas com a matéria.

Para saber mais, acesse a **Nota Técnica** na íntegra no site do D'e.

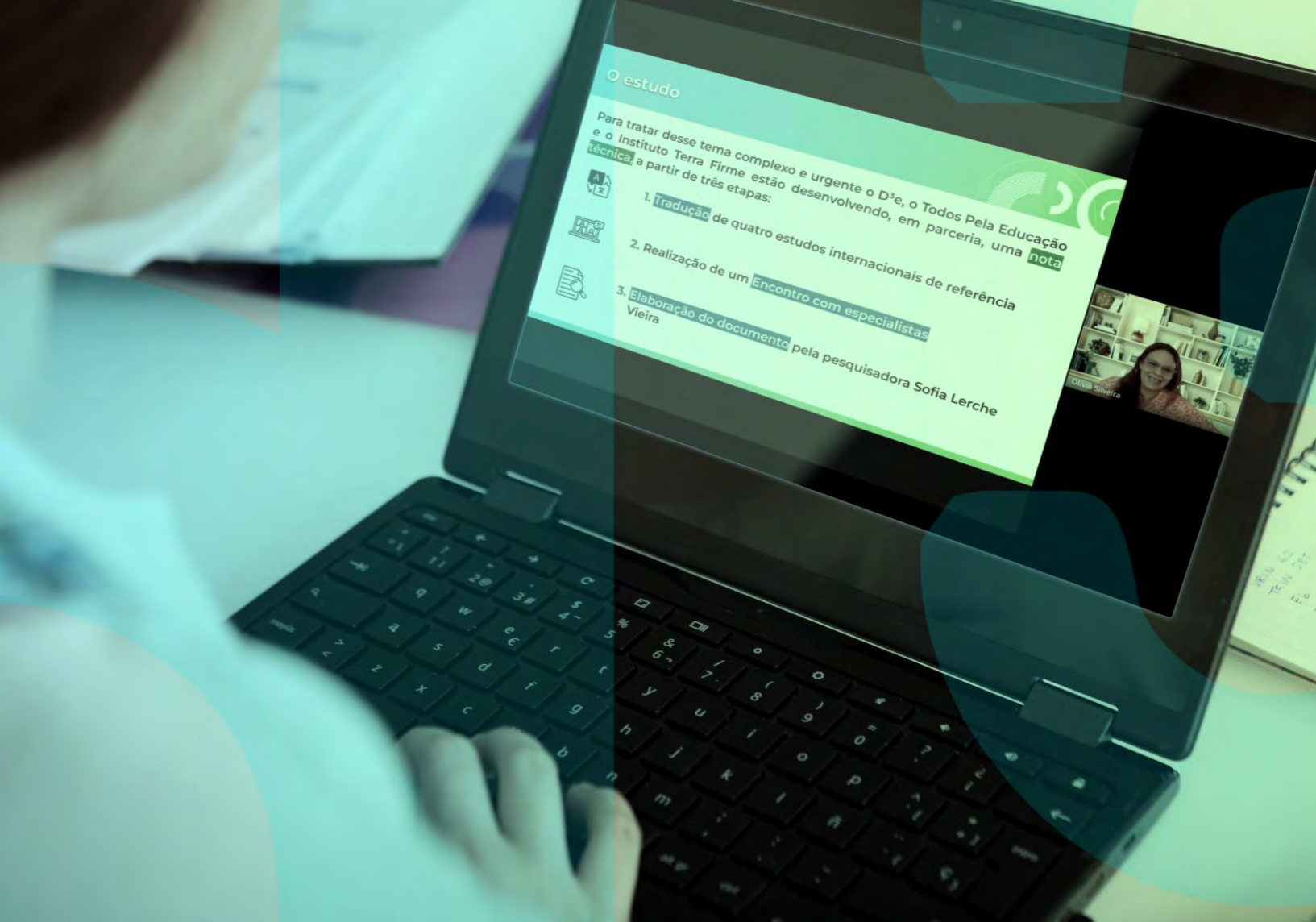
A publicação está em domínio público para um debate democrático na Educação (D'e) visando para o aprimoramento da debate educacional e a qualificação do uso do conhecimento científico no desenvolvimento de políticas públicas, contribuindo para a promoção de uma educação equitativa e de qualidade no Brasil.



download em pdf



download em pdf



Diálogos sobre Clima e Educação

Realizamos, em setembro de 2024, o Encontro Educação e Mudanças Climáticas, que teve como foco o debate sobre políticas públicas mais eficazes e a produção de materiais de apoio para professores, com ênfase na inclusão das mudanças climáticas na educação. A iniciativa buscou levantar recomendações para formuladores de políticas e refletir sobre formas efetivas de inserir o tema no contexto educacional, além de incentivar o diálogo entre especialistas, educadores e a comunidade. Houve consenso sobre a urgência de ações integradas e multidisciplinares, bem como da participação de diversos atores políticos e da sociedade civil para priorizar o tema nacionalmente. Participaram representantes de organizações como D³e, Todos Pela Educação, Instituto Terra Firme, Banco Master, Instituto Clima e Sociedade, Coalizão Brasileira pela Educação Climática e Escolas pelo Clima, além de representantes do poder público - como o Governo do Ceará e a Prefeitura de Pojuca (BA) - e da UNESP de Rio Claro.



Saiba mais

Educação Ambiental em perspectiva global

A nota técnica baseou-se na análise de quatro documentos recentes produzidos por três organizações internacionais: UNESCO, Banco Mundial e OCDE. A seleção foi feita com base em um conjunto mais amplo de textos, a fim de identificar diagnósticos e propostas dessas publicações e suas possíveis relações com o contexto brasileiro. Os documentos, publicados entre 2023 e 2024, apresentam pontos de convergência - como o reconhecimento dos impactos das mudanças climáticas na educação - e também divergências quanto às soluções propostas. As recomendações variam entre estratégias de resiliência, mudanças curriculares e a adoção de modelos como o Padrão Escola Verde, que propõe transformar as escolas em ambientes sustentáveis, com foco na educação ambiental e na gestão responsável de recursos. As versões traduzidas dos estudos da UNESCO e da OCDE estão disponíveis em nosso site.



Saiba mais



TRADUÇÃO DE EVIDÊNCIAS



O impacto da mudança climática na educação

E o que fazer o respeito



Com o objetivo de contribuir para o debate público sobre os impactos das mudanças climáticas na educação, oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos sistemas de ensino e indicar caminhos para o futuro da pesquisa e da discussão sobre o tema no Brasil, a d3e, em parceria com o Todos Pela Educação e o Instituto Terra Firme, lançou em 2024 a Nota Técnica **O Impacto das mudanças climáticas na educação: iniciando um debate**, de autoria da professora Saffa Leche Vieira. O estudo buscou ampliar a compreensão sobre as conexões entre crise climática e educação, mobilizando dados e informações que apoiem gestores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas na construção de respostas mais integradas e eficazes. Para tanto, buscou evidências em documentos recentes de organizações internacionais. Esta tradução é um desses documentos analisados. Publicado pelo Banco Mundial em abril de 2024, ele apresenta quatro formas concretas pelas quais os governos podem proteger os sistemas educacionais contra os impactos das mudanças climáticas, de modo a preservar e ampliar seus efeitos positivos sobre o desenvolvimento econômico, a redução da pobreza e a coesão social. São elas: (i) gestão educacional voltada para a resiliência; (ii) infraestrutura escolar resiliente; (iii) garantia da continuidade da aprendizagem diante de choques climáticos; e (iv) mobilização de estudantes e professores como agentes de mudança. Também propõe uma agenda prática para cada uma dessas áreas, com exemplos operacionais em diferentes contextos.

REFERÊNCIA
[Título original]
The impact of climate change on education
[Autoria] Sergio Vergara Marin, Lina Scherer e Shwetha Sahasrabudhe
[Instituição] Banco Mundial
[Tradução] Elviana Lucas

NOTA TÉCNICA

TRADUÇÃO DE EVIDÊNCIAS



Aprendizado em risco

O impacto do deslocamento climático no direito à educação



Com o objetivo de contribuir para o debate público sobre os impactos das mudanças climáticas na educação, oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos sistemas de ensino e indicar caminhos para o futuro da pesquisa e da discussão sobre o tema no Brasil, a d3e, em parceria com o Todos Pela Educação e o Instituto Terra Firme, lançou em 2024 a Nota Técnica **O Impacto das mudanças climáticas na educação: iniciando um debate**, de autoria da professora Saffa Leche Vieira. O estudo buscou ampliar a compreensão sobre as conexões entre crise climática e educação, mobilizando dados e informações que apoiem gestores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas na construção de respostas mais integradas e eficazes. Para tanto, buscou evidências em documentos recentes de organizações internacionais. Esta tradução é um desses documentos analisados. Publicado pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em dezembro de 2023, ele oferece orientações a formuladores de políticas em todo o mundo sobre como respeitar, proteger e efetivar melhor o direito à educação das populações deslocadas por razões climáticas. Apresenta ainda uma visão geral das barreiras educacionais induzidas pelas mudanças climáticas, além de diretrizes políticas globais sobre como garantir a proteção desse direito para essas populações.

REFERÊNCIA
[Título original]
Learning at risk: the impact of climate displacement on the right to education
[Autoria] Global report – prepared Education 2030
[Instituição] UNESCO
[Tradução] Elviana Lucas

NOTA TÉCNICA

TRADUÇÃO DE EVIDÊNCIAS



Padrão de Qualidade Escola Verde

Tornar cada ambiente de aprendizagem mais verde



Com o objetivo de contribuir para o debate público sobre os impactos das mudanças climáticas na educação, oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos sistemas de ensino e indicar caminhos para o futuro da pesquisa e da discussão sobre o tema no Brasil, a d3e, em parceria com o Todos Pela Educação e o Instituto Terra Firme, lançou em 2024 a Nota Técnica **O Impacto das mudanças climáticas na educação: iniciando um debate**, de autoria da professora Saffa Leche Vieira. O estudo buscou ampliar a compreensão sobre as conexões entre crise climática e educação, mobilizando dados e informações que apoiem gestores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas na construção de respostas mais integradas e eficazes. Para tanto, buscou evidências em documentos recentes de organizações internacionais. Esta tradução é um desses documentos analisados. Publicado pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em junho de 2024, o documento apresenta, pela primeira vez, um padrão de qualidade para a transformação sustentável de escolas e outros ambientes de aprendizagem. Também aponta quais as áreas centrais para a integração de princípios de sustentabilidade e ações climáticas: governança escolar, infraestrutura e operação, ensino e aprendizagem, e engajamento da comunidade – e as diretrizes para apoiar escolas e sistemas educacionais na criação de ambientes mais resilientes, inclusivos e comprometidos com o tema. O padrão Escola Verde estabelece uma linguagem comum para que todos os atores envolvidos possam, em conjunto, alcançar a meta global de tornar sustentáveis pelo menos 50% das escolas em todos os países até 2030.

REFERÊNCIA
[Título original]
Learning at risk: the impact of climate displacement on the right to education
[Autoria] Global report – prepared Education 2030
[Instituição] UNESCO
[Tradução] Elviana Lucas

NOTA TÉCNICA



download em pdf



download em pdf



download em pdf



Outros projetos e atividades adicionais

Formação em Políticas Públicas para Organizações da Sociedade Civil (OSCs)

Entre abril e agosto de 2024, realizamos uma formação em políticas públicas voltada para organizações da sociedade civil. As trilhas formativas - Compreendendo o ciclo da política educacional e suas implicações para projetos sociais - foram idealizadas em parceria com a B3 Social e implementadas pelo D³e, a fim de apoiar o alinhamento de projetos sociais às demandas das políticas educacionais.

A formação contou com quatro trilhas temáticas realizadas remotamente, com cinco encontros virtuais, aulas dialogadas, atividades orientadas e tutoria. O conteúdo abordou as relações entre poder público e sociedade civil, discutindo estratégias e ferramentas para transformar projetos em políticas públicas sustentáveis.

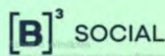
A condução foi da Professora Doutora Lys Maria Vinhaes Dantas (UFRB), com apoio de uma equipe de tutores. Participaram da formação as seguintes organizações: Pisada do Sertão, LEPES/USP, Casa Familiar Agroflorestal do Baixo Sul da Bahia, Instituto Fazer Acontecer (IFA), Associação Nova Escola, Instituto Reúna, Instituto Brasil Solidário (IBS) e Cátedra Sérgio Henrique Ferreira.



TRILHA FORMATIVA 1

Entendendo o que é uma política pública de educação e o papel das organizações da sociedade civil

Lys Vinhaes, Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia



As trilhas formativas foram organizadas nos seguintes eixos:



Entendendo o que é uma política pública de educação e o papel das organizações da sociedade civil



O meu projeto pode virar uma política pública de educação? Diagnóstico situacional



Pautando a agenda das políticas públicas de educação



Formulação do projeto para que vire lei ou plano de parceria com o governo

A formação foi concluída com a apresentação dos projetos-base desenvolvidos pelas organizações participantes, marcando o encerramento de um processo de aprendizagem colaborativa e estratégica.



Saiba mais

*Considerando que a institucionalização do projeto como política pública é o objetivo, onde e como está cada projeto?
Em que contexto se insere?*





Evento Anual B3 Social 2024

Fizemos a curadoria de conteúdo do evento anual da B3 Social, que reuniu 60 organizações sociais de todo país com debates e reflexões mediadas por especialistas e com foco no fomento às políticas públicas sobre os temas Esporte educacional, Formação para a vida e trabalho e Educação pública. Ao final do evento, apresentamos a proposta de formação voltada para a compreensão do ciclo das políticas e suas implicações para os projetos sociais.



Saiba mais



Sistematização de debates do CNE sobre políticas educacionais

Sistematizamos os principais tópicos debatidos durante a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Educação (CNE) na Região Sudeste, realizada em junho de 2024, em Belo Horizonte (MG), na forma de um relatório técnico. O encontro, promovido com o apoio do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE/MG) e da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, contou com a participação de autoridades e especialistas de diferentes regiões do país e promoveu discussões sobre temas estratégicos, como o Plano Nacional de Educação, a educação profissional e tecnológica, a educação na primeira infância e a regulação do ensino superior, ao longo de sete mesas temáticas. A publicação foi desenvolvida com apoio financeiro do SESI Nacional e do Ecossistema Square, a fim de subsidiar o CNE e o Ministério da Educação com insumos qualificados para o aprimoramento das políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura institucional orientada por evidências.



Saiba mais

RELATÓRIO



ONE PAGE

Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Educação - Região Sudeste

Material elaborado com base na relatório desenvolvido pelo D^{te} - Dados para um Debate Democrático na Educação, apoiado pelo SESI Nacional e o Ecossistema Square.

REALIZAÇÃO:



APOIO:



O Conselho Nacional de Educação (CNE) é um órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério da Educação (MEC), que atua na formulação e avaliação da política nacional de educação. O CNE realiza reuniões itinerantes em diversas regiões do país para aproximar suas atividades da realidade local e fortalecer o diálogo com a sociedade. Em junho, Belo Horizonte (MG) sediou uma reunião itinerante realizada em parceria com o Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE-MG). O relatório desenvolvido pelo D^{te} apresenta a sistematização das sete mesas de debates.

TEMAS ABORDADOS E PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Regulação na perspectiva da expansão e avaliação da Educação Superior

- Combater estigmas que associam a qualidade na educação à modalidade presencial. O desafio é qualificar a EaD, não substituí-la.
- Investir estrategicamente na pós-graduação para o desenvolvimento nacional.
- Expandir, com qualidade, a educação superior para regiões de menor desenvolvimento dentro dos estados.

Plano Nacional de Educação na perspectiva das políticas estratégicas da educação nacional

- Investir nas variáveis que impactam a permanência e o desenvolvimento dos estudantes na educação básica, considerando os diferentes perfis e trajetórias, à luz da desigualdade brasileira.
- Implementar uma avaliação menos punitiva/resultadista e mais formativa.

Educação e direitos humanos no contexto pós-pandemia

- Aprofundar as discussões sobre direitos humanos e meio ambiente.

Educação híbrida no ensino básico e superior: IA e tecnologias

- Implementar o ensino híbrido com foco em trabalhabilidade e não só em empregabilidade, dando ênfase à educação continuada.

Desafios da Educação Profissional e Tecnológica

- Desmistificar a ideia do curso técnico como uma opção destinada aos mais socialmente vulneráveis ou àqueles que não conseguiram entrar na universidade.

Compromisso com a Educação Infantil

- Considerar as diferenças fundamentais entre a primeira e a segunda infância.

RECOMENDAÇÕES AMPLAS

- Enfrentar três desafios para o futuro: o modo de financiamento, a formação inicial e continuada de professores e a escuta humanizada dos atores do processo educacional.
- A urgência de um sistema nacional de educação.

Para saber mais, acesse o [relatório na íntegra](#) no site do Conselho Nacional de Educação/Conselho Estadual de Educação de MG.

ELABORAÇÃO
DESTE MATERIAL



download em pdf



download em pdf

Violência escolar em pauta: encontro com organizações de todo o país

Promovemos em parceria com a B3 Social um encontro virtual que reuniu cerca de 260 organizações de diferentes regiões do país para debater os dados e recomendações do Relatório de Política Educacional que analisou ataques cometidos por estudantes e ex-estudantes em escolas brasileiras, elaborado pelo D³e com apoio da Fundação José Luiz Egydio Setúbal e da própria B3 Social.

As autoras do relatório, Telma Vinha e Cléo Garcia, ressaltaram que os eventos violentos têm causas múltiplas e interligadas, como exclusão, bullying e discursos de ódio e reforçaram a importância de promover o pertencimento, o bem-estar e a convivência democrática nas escolas por meio de formações docentes, espaços sistematizados de diálogo com estudantes e ampliação da rede de apoio psicossocial.

O encontro também contou com a participação ativa das organizações presentes, que compartilharam preocupações e caminhos possíveis para o engajamento de educadores e comunidades escolares na construção de ambientes mais seguros e acolhedores.



[Leia mais aqui](#)

[Confira o relatório completo aqui](#)





Debate público sobre racismo nas escolas

Em junho, tomamos parte da audiência pública "Racismo nas Escolas: Acolhimento das vítimas e responsabilização", realizada na Câmara Municipal de São Paulo, que reuniu representantes da sociedade civil, especialistas e autoridades para discutir o enfrentamento ao racismo nas escolas e a construção de políticas públicas eficazes.

A pesquisadora Dyane Brito Reis, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e autora do estudo Educação antirracista na América Latina e o que a experiência brasileira nos ensina, participou do evento. Em sua fala, Dyane destacou o papel pioneiro do Brasil nas ações afirmativas na América Latina, a importância do acolhimento das vítimas e da formação inicial de professores, além da urgência de ações estruturais para garantir permanência e qualidade da educação para crianças e jovens negros.

A audiência foi promovida pela Comissão de Educação da Câmara e teve transmissão ao vivo, ampliando o acesso da população ao debate e à formulação de propostas por uma educação antirracista.

[Acesse o estudo](#)



[Assista aqui a audiência na íntegra](#)

Qualificação de políticas públicas de juventude e igualdade racial

Em maio de 2024, o D³e participou de dois encontros voltados à qualificação de políticas públicas. No Seminário de Elaboração de Subsídios para o Plano Nacional de Juventude, realizado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e pela Secretaria Nacional de Juventude, a diretora executiva, Olivia Silveira, integrou os grupos de trabalho de Comunicação e Saúde, contribuindo com propostas para a atualização do Plano.

Também em maio, estivemos presente em atividade do Programa Nacional de Promoção da Igualdade Racial, organizada pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR) e pelo Diversifica/Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O encontro colaborativo discutiu a implementação do Programa Nacional de Agentes Territoriais, com foco na equidade racial e mapeamento de territórios em cinco estados.



Reunião de planejamento estratégico da Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME)

Em dezembro de 2024, participamos da reunião de planejamento estratégico da Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME), que definiu as principais ações para 2025. Entre os temas prioritários estão a promoção da equidade racial, a valorização da educação infantil, o cuidado com a saúde mental nas escolas, o novo ciclo do Plano Nacional de Educação (PNE) e o financiamento da educação pública.

Criada em abril de 2019 e conhecida como Bancada da Educação, a Frente é composta por mais de 200 parlamentares, entre deputados e senadores, e tem como missão defender uma educação pública de qualidade, atuando de forma significativa no Congresso Nacional. Além de parceiro técnico, desde o ano passado o D³e também é a entidade de referência da Coordenação de Enfrentamento à Violência nas Escolas.



Visita a Sobral (CE): aprendizados sobre políticas educacionais

Em junho de 2024, o D³e integrou a comitiva formada por 39 representantes de 21 instituições do setor social em uma visita a Sobral (CE), organizada pelo Centro Lemann. O objetivo do encontro foi conhecer de perto as políticas educacionais implementadas no município, referência nacional pelos avanços na qualidade da educação pública.

A programação incluiu visitas a escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, onde os participantes dialogaram diretamente com lideranças escolares, professores(as) e estudantes. As conversas permitiram compreender as estratégias adotadas pela rede municipal de ensino e os fatores institucionais que contribuíram para os resultados obtidos.

Instituições participantes: Agência de Desenvolvimento Sustentável - ADR; Instituto Arapyaú; Associação Amigos da Casa da Amizade; B3 Social; BID; Cenpec; D³e - Dados para um Debate Democrático na Educação; Fundação ArcelorMittal Brasil; Fundação Educar DPaschoal; Fundação Fé e Alegria do Brasil; Fundação Itaú – Itaú Social; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Instituto Ayrton Senna; Instituto Cyrela; Instituto Natura; Instituto Sonho Grande; Instituto Unibanco; Motriz; Nova Escola; Porticus; e Todos Pela Educação.



Indicadores de comunicação

Mais do que números, os indicadores de comunicação de 2024 refletem a consolidação de uma estratégia comprometida com a visibilidade qualificada da atuação do D³e. Ao longo do ano, ampliamos nossa presença em diferentes canais e fortalecemos a construção de narrativas que traduzem, com clareza e engajamento, nosso propósito: promover o debate público baseado em evidências para garantir o direito à educação com equidade e qualidade. Os dados apresentados a seguir expressam esse movimento: são mais do que métricas - representam uma atuação ativa, estratégica e alinhada à transformação da educação pública brasileira.



Site

18.016 visualizações

8.237 usuários

11.402 acessos a publicações



Google

341,2 mil impressões

10,5 mil cliques



Mídia

76 inserções na imprensa

33 inserções em veículos de grande relevância



LinkedIn

29,9 mil impressões

1,6 mil seguidores

Veículos de imprensa



16/02/2024



 CLIQUE AQUI



22/03/2024



 CLIQUE AQUI



25/05/2024



 CLIQUE AQUI



22/07/2024



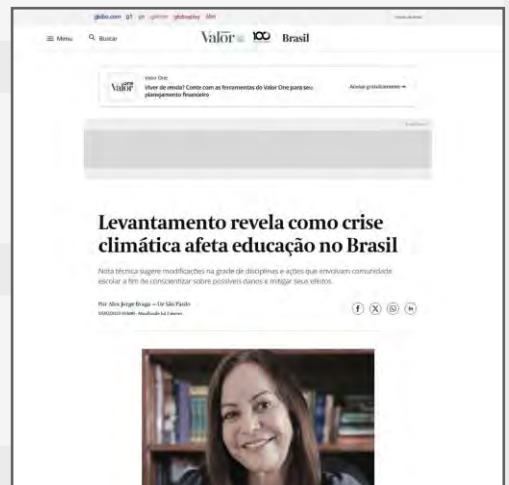
 CLIQUE AQUI



13/11/2024



 CLIQUE AQUI



05/02/2025



 CLIQUE AQUI



Clique aqui para acessar todas as reportagens, entrevistas e artigos publicados

Balanço financeiro

Exercício	2023	2024
RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ 867.804,42	R\$ 1.075.978,47
Contribuições e Doações Voluntárias	R\$ 496.893,71	R\$ 356.500,00
Receita de Serviços Prestados	R\$ 333.766,67	R\$ 460.038,51
Trabalho Voluntário	R\$ 5.840,00	R\$ 1.408,00
Doações para projetos	R\$ 0,00	R\$ 249.000,00
Ganhos na Venda de Bens	R\$ 208,45	R\$ 0,00
Rendimentos Financeiros	R\$ 31.095,59	R\$ 9.031,96
CUSTOS COM PROGRAMAS (ATIVIDADES)	R\$ 1.109.597,02	R\$ 826.729,91
Custos com Programas e Atividades > Institucionais	R\$ 682.834,21	R\$ 416.631,25
Custos com Programas e Atividades > Projetos	R\$ 426.762,81	R\$ 410.098,66
RESULTADO BRUTO	-R\$ 241.792,60	R\$ 249.248,56
DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ 146.518,41	R\$ 196.604,72
Despesas Administrativas	R\$ 128.740,08	R\$ 188.817,63
Depreciação e Amortização	R\$ 3.850,08	R\$ 3.363,60
Trabalho Voluntário	R\$ 5.840,00	R\$ 1.408,00
Despesas Financeiras	R\$ 8.088,25	R\$ 3.015,49
(Déficit) / Superávit do exercício	-R\$ 388.311,01	R\$ 52.643,84

Parceiros

Ao longo dos últimos seis anos, estabelecemos parcerias estratégicas e diversificadas com instituições públicas, privadas, organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas. Essas colaborações foram fundamentais para ampliar o alcance, qualificar as ações e fortalecer o impacto do nosso trabalho.

Organizações da Sociedade Civil

B3 Social
Centro Lemann de Liderança para Equidade na Educação
Coalizão Brasileira por Evidências
Fundação José Luiz Setúbal
Fundação Lemann
Fundação Telefônica Vivo
Instituto Natura
Instituto Península
Instituto Sonho Grande
Instituto Terra Firme
Instituto Unibanco
Itaú Social
Movimento Profissão Docente
SESI Nacional
Todos Pela Educação

Setor Público

Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) - com apoio institucional do Instituto Rui Barbosa e Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Conselho Nacional de Educação (CNE)
Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)
Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME)
Secretaria Municipal de São Paulo (SP)

Academia

Fundação Carlos Chagas (FCC)
Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social da Universidade de São Paulo (Lepes/USP)
Transformative Learning Technologies Lab (TLTL) - Universidade Columbia (EUA)
Lemann Center for Educational Entrepreneurship and Innovation in Brazil da Universidade Stanford (EUA)

Nossos estudos foram realizados por pesquisadores vinculados às seguintes universidades e instituições de pesquisa:

Centro Universitário Assunção
Fundação Carlos Chagas (FCC)
Fundação Getulio Vargas (FGV)
Fundação João Pinheiro
Instituto de Ensino e Pesquisa Insper
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Universidad de La Republica (Uruguai)
Universidad Nacional de Entre Rios (Argentina)
Universidad Nacional Autonoma de México
Universidade de Coimbra (Portugal)
Universidade de Rovuma (Moçambique)
Universidade de São Paulo (USP)
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Universidade do Vale do Sapucaí (Univás)
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal de Goiás (UFG)
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Universidade Federal Fluminense (UFF)
Universidade Stanford (EUA)

Ficha técnica

EQUIPE EM 2024

Fundador

David Plank

Assembleia Geral (associados fundadores)

Antonio Bara Bresolin

Felipe Michel Braga

Olivia Silveira

Robert Verhine

Sofia Lerche

Direção Executiva

Antonio Bara Bresolin

(até agosto de 2024)

Olivia Silveira

Assessora executiva

Faviane Teixeira

Conhecimento Aplicado

Olivia Silveira

(diretora até agosto de 2024)

Bruna Du Plessis

(até junho de 2024)

Comunicação Institucional

Clarissa Kowalski

Marcos Targino

Articulação e Incidência

Marcellus Araujo

Administrativo e Financeiro

Amanda Abreu

Assessoria de Imprensa

Maio Casa de Conteúdo

FICHA TÉCNICA RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2024

Pesquisa

Equipe D³e

Redação e edição

Clarissa Kowalski

Projeto gráfico e diagramação

Vicente Queiroz

Imagens

Freepik e acervo

Julho de 2025

www.d3e.com.br

